



e-ISSN 2238-8885

Revisão crítica da historiografia anarquista brasileira: proposições para uma análise transnacional

Critical review of Brazilian anarchist historiography: propositions for a transnational analysis

Revisión crítica de la historiografía anarquista brasileña: propuestas para un análisis transnacional

Cláudia Tolentino Gonçalves Felipeⁱ

Resumo: Pretende-se realizar um breve balanço da historiografia anarquista brasileira, com o intuito de problematizar leituras que consideram o anarquismo uma "planta exótica", que tomam-no como movimento que, a partir da década de 1920, tornou-se desprovido de força e vigor, ou que se restringem a sondar sua atuação, exclusivamente, por meio de "vetores sociais" e acabam negligenciando seu caráter multifacetado, histórico, dinâmico. A abordagem transnacional é capaz de favorecer esse aspecto datado e múltiplo na medida em que desnaturaliza fronteiras e se concentra nas diferentes linguagens libertárias.

Palavras-chave: Anarquismo. Historiografia. Transnacionalismo.

Abstract: It is intended to carry out a brief review of Brazilian anarchist historiography, in order to problematize readings that consider anarchism to be an "exotic plant", which take it as a movement that, from the 1920s on, became devoid of strength and vigor, or that restrict themselves to probe its performance, exclusively, through "social vectors" and end up neglecting its multifaceted, historical, dynamic character. The transnational approach can favor this dated and multiple aspect as it denaturalizes borders and focuses on different libertarian languages.

Keywords: Anarchism. Historiography. Transnationalism.

Resumen: Se tiene la intención de hacer una breve revisión de la historiografía anarquista brasileña, con el fin de problematizar lecturas que consideran al anarquismo como una "planta exótica", que lo toman como un movimiento que, a partir de la década de 1920, quedó desprovisto de fuerza y vigor, o que se limitan a sondear su actuación, exclusivamente, a través de "vectores sociales" y acaban descuidando su carácter multifacético, histórico, dinámico. El enfoque transnacional es capaz de favorecer este aspecto histórico y múltiple ya que desnaturaliza fronteras y se enfoca en diferentes lenguajes libertarias.

Palabras-llave: Anarquismo. Historiografía. Transnacionalismo.

Segundo o poeta e crítico literário George Woodcock, é profícuo associar o anarquismo ao rio descrito pelo filósofo grego Heráclito. Em suas palavras, o anarquismo

[...] é, a um só tempo, diversificado e inconstante e, à perspectiva histórica, apresenta a aparência, não de um curso d'água cada vez mais forte, correndo em direção ao mar do seu destino, mas de um fio de água filtrando-se através do solo poroso; formando aqui uma corrente subterrânea, ali um poço turbulento, escorrendo pelas fendas, desaparecendo de vista para surgir onde as rachaduras da estrutura social possam lhe oferecer uma oportunidade de fluir (WOODCOCK, 2007, p. 17).

Vítima da inconstância, o rio heraclitiano e o anarquismo são formados por diferentes fontes, turbilhões e correntes que ora caminham abaixo da superfície, ora atroam em torrentes e cascatas, mas sempre se movendo entre "certos princípios unificadores". Esse dinamismo do anarquismo também poderia ser compreendido por meio da analogia com a capacidade metamorfoseadora do deus marinho Proteu. Ele seria, portanto, proteico, pois modifica-se de acordo com as particularidades do tempo no qual é colocado em prática.

Durante muitos anos, estudos sobre práticas anarquistas foram (e ainda são) realizados a partir de alguns estereótipos (como a ideia de estarem sempre fadadas ao fracasso devido à inadequação ou inviabilidade de suas ideias) e do estabelecimento de fronteiras que delimitam tanto a origem quanto a finalidade das ações libertárias. Eric Hobsbawm, por exemplo, interpretou o anarquismo como um movimento milenarista, irracional, imutável e, por isso, fadado ao malogro:

Como movimiento, parecía pertenecer a la época preindustrial y, en todo caso, a la era anterior a la primera guerra mundial y a la Revolución de Octubre, salvo en España, donde difícilmente cabe pensar que haya sobrevivido a la guerra civil de 1936-1939. Podría decirse que desapareció con los reyes y emperadores a quienes sus militantes habían tratado tantas veces de asesinar. Nada parecía ser capaz de detener, o siquiera de aminorar, su rápido e inevitable declive, incluso en las partes del mundo en que había constituido alguna vez una fuerza política importante, como en Francia, Italia o Latinoamérica (HOBSBAWM, 2010).

Neste artigo, realizaremos um breve balanço da historiografia anarquista brasileira com o intuito de problematizar algumas leituras enviesadas que apreendem o anarquismo a partir de categorias externas ao movimento ou pouco atentas às linguagens libertárias. Parece-nos que a abordagem transnacional é capaz de aprimorar tais análises, na medida em que desnaturaliza fronteiras geopolíticas e dá conta das circularidades culturais, que implicam o deslocar de livros, pessoas, reflexões e não respeitam apenas critérios regionais ou nacionais.

Incursões na historiografia anarquista brasileira

A história sobre o (ou do) anarquismo vem sendo escrita de forma bastante heterogênea.

No caso do Brasil, boa parte dos trabalhos se debruça sobre a atuação libertária durante a Primeira República, considerado o período áureo de sua atuação. Desde meados do século XX, alguns estudiosos brasileiros afirmaram que o anarquismo não passou de uma "planta exótica" trazida da Europa, que rendeu aos trabalhadores um conjunto de experiências fracassadas ao longo das primeiras décadas da República. Parte-se do raciocínio de que o anarquismo seria um fenômeno genuinamente europeu, que alcançou o Brasil por meio da imigração. Termos como "caos", "desordem" e "fraqueza" foram utilizados para desqualificar o anarquismo e associar o seu suposto "declínio" à criação do Partido Comunista Brasileiro, ocorrida na década de 1920. "

Realizados a partir da década de 1960, boa parte desses estudos organizaram sínteses sociológicas e ressaltaram a hegemonia do anarquismo no movimento operário brasileiro das duas primeiras décadas do século XX, apontando para a criação do PCB como marco temporal que dividiria, em duas fases, o movimento operário: a primeira é caracterizada pela presença do anarquismo como força política atuante; a segunda é marcada pela sua extinção e superação, com a disseminação do comunismo (caracterizado, nesse discurso, pela sua "força", em razão de sua capacidade de disciplinarização e de organização partidária e sindical) em meio ao operariado. Ainda hoje, encontramos trabalhos que seguem esse tipo de abordagem. Alex Buzeli Bonomo, por exemplo, estudou as possíveis razões do declínio da influência anarquista no movimento operário paulista, relacionando-o à debilidade organizativa e teórica do anarquismo (BONOMO, 2007).

A partir dos anos 1980, alguns estudiosos procuraram dinamizar a experiência anarquista no Brasil, discorrendo sobre diferentes formas de atuação libertária. Tais trabalhos enfatizaram questões culturais negligenciadas até então. Jacy Seixas (1989), preocupada com aspectos subjetivos e identitários do movimento operário brasileiro, situou a estratégia éticopolítica da ação direta como princípio norteador das identidades e subjetividades políticas do proletariado nas duas primeiras décadas do século XX, ressaltando as relações estabelecidas entre anarquistas, socialistas e sindicalistas. Christina Lopreato (1996), por sua vez, desenvolveu um trabalho sobre a greve geral anarquista de 1917, ocorrida na cidade de São Paulo, debruçando-se sobre a repressão estatal em meio às ações grevistas. Já a formação de uma cultura operária e a importância da presença feminina são alguns dos pontos tratados por Margareth Rago (1985). Flávio Luizetto (1984), por fim, discorreu sobre a relação entre a produção literária e a educação libertária no movimento anarquista dando luz às experiências educacionais das escolas racionalistas e dos centros de cultura social no Brasil.

A partir dos anos 1990, outros trabalhos buscaram refletir sobre a atuação anarquista no Brasil. É o caso, por exemplo, do estudo de Rodrigo Rosa da Silva (2005) que, a partir da análise

de acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) e de jornais anarquistas, examinou atividades relacionadas à prática sindical, política e cultural desenvolvidas pelos libertários durante o governo Vargas, desvelando formas de resistência dos militantes libertários frente à repressão varguista. Já o trabalho de João Henrique Oliveira (2007) se volta para a contracultura e perscruta as formas de "retomada" do ideal anarquista realizadas pelos militantes na imprensa alternativa entre os anos de 1969 e 1992. Há, também, o estudo de Rafael Viana (2014), que analisa de forma mais ampla as práticas libertárias no Brasil entre os anos de 1945-1964. Viana estudou as tentativas dos anarquistas brasileiros de "recuperação de sua expressividade" junto ao movimento sindical após o auge da atuação libertária nas primeiras décadas do século XX. Por fim, convém mencionar o trabalho de Sergio Augusto Norte (1994), responsável por um estudo sobre as formas alternativas de atuação libertária no Brasil entre os anos 1945-1968. Este autor considera que, nesse período, "os anarquistas faziam a sua travessia no deserto, derrotados, perseguidos, época em que parecem ter desaparecido".

É preciso reconhecer a contribuição dos trabalhos supracitados para a historiografia brasileira, em razão de sua tentativa de superar fronteiras pré-estabelecidas, como a datação da atuação libertária no Brasil até os anos 20. No entanto, há alguns aspectos que precisam ser explorados e problematizados. Preocupado em retomar as "intenções" dos militantes anarquistas atuantes no Brasil dos anos 1940 e 1950, Rafael Viana partiu da hipótese de que eles buscavam "reinserir" sua ideologia na classe trabalhadora após o fim do Estado Novo, por meio da reorganização libertária em seu principal "vetor social" (os sindicatos). Para o autor, entretanto, essa empreitada sofria dificuldades, em razão das novas configurações do pós-guerra no "contexto de suas práticas políticas, mas também nas discussões internas, nas categorias políticas e nos discursos utilizados por seus agentes dentro do campo e no conjunto de suas relações". Nesse interim, ele afirmou que houve uma necessidade de transformação da cultura política libertária (majoritariamente de viés organizacionista, desde a Primeira República, ou seja, voltada para uma estratégia de formação de "agrupações ideológicas anarquistas", para atuação nos sindicatos) e, a partir dos anos 1960, os centros de cultura serviram como um novo "vetor social" em substituição aos sindicatos. De acordo com o autor, não haveria, nesse período,

o abandono do espaço sindical e principalmente da classe trabalhadora como o sujeito privilegiado de sua ação ideológica, mas uma abertura tática de determinados espaços (tais como o CCS-SP) com vistas a constituir e retomar a obra sindical ou falando numa linguagem mais ampla retomar uma obra de *classe*. Longe de apenas criar uma nova "ética de existência" os anarquistas de maneira geral, se nutriram de uma forte tradição classista que os formara no

período anterior para sua atuação, que via a ação cultural não como sua substituta, mas como um complemento necessário da luta. Podemos afirmar com grande segurança que seu olhar jamais se deslocou totalmente da ação coletiva dos trabalhadores e em consequência, de seu meio sindical, ainda que sua atividade tenha se harmonizado de acordo com as mudanças conjunturais (SILVA, 2014, p. 138-139).

Viana recolheu, em publicações da imprensa anarquista situadas entre 1945 e os primeiros anos da década de 1960, indícios de "movimentações sindicais" que, segundo ele, só se tornaram possíveis graças ao ambiente mais democrático entre as ditaduras. Seu objetivo foi comprovar que a atuação anarquista, à época, não foi nula em meio às "classes sociais", tampouco limitada a algumas ações culturais. Com o intuito de problematizar as pesquisas que negligenciaram a atuação libertária no país após a década de 1920, mostrando que os anarquistas não desapareceram do cenário político, o autor, no entanto, acabou recorrendo a expedientes que limitaram uma compreensão mais abrangente do anarquismo no Brasil. Partindo de uma análise ideológica e organizacionista do anarquismo (rígida, formal e centralista), ele acabou dividindo sua atuação em momentos de maior ou menor expressividade junto às "classes sociais". Além disso, localizou continuidades e descontinuidades nas manifestações públicas libertárias, frente a conjunturas repressivas ou destituídas de repressão, e analisou a atuação anarquista a partir do caráter de suas organizações formais, como se o anarquismo fosse exclusivamente sustentado por elas, excluindo ou subvalorizando qualquer outro tipo de manifestação.

Sergio Augusto Norte também considerou a existência de momentos-auge da atuação libertária na história brasileira e circunstâncias nas quais essa expressividade foi tão reduzida que o anarquismo quase passou desapercebido, com raras atuações significativas e organizadas. Ele afirmou que o período 1945-1968 foi caracterizado pela derrocada dos libertários frente à força crescente do discurso trabalhista promovido pelo Estado e pela "crise econômica e política do modelo liberal e posterior emergência de governos totalitários e ditaduras populistas", fatores que teriam contribuído com a "perda de inserção social do movimento libertário", e gerado "uma descontinuidade, uma ruptura geracional que só seria recuperada na década de 60" (NORTE, 1994, p. 11). O anarquismo foi analisado estritamente no território nacional e qualificado como forte ou fraco de acordo com sua expressividade junto ao movimento operário/sindical e a partir do seu grau de organização em instâncias sociais.

A interpretação do anarquismo como movimento exitoso ou fracassado, nos casos referidos, é fruto do olhar dos pesquisadores sobre seu objeto. Vários trabalhos tomaram as ações anarquistas e seus desdobramentos como elementos capazes de medir a expressividade das práticas libertárias no cenário público. A tomar por este raciocínio, o anarquismo teria sido

um movimento vivo, contínuo e ativo somente quando assumiu certo protagonismo junto ao operariado e/ou às "classes sociais". Sendo assim, o número de organizações libertárias (vetores sociais) em vigor e a intensidade de suas manifestações públicas e nacionais seriam o único indicativo de sua força e expressividade, mais intensas em ambientes democráticos e reprimidas em regimes repressivos. Logo, os anarquistas não teriam condições de repensar sua abordagem, reinventar suas estratégias políticas ou adotar novas medidas frente às adversidades, pois limitar-se-iam às organizações formais.

A análise ideológica das intenções "classistas" dos anarquistas, enquanto fundamento de sua ação política, parece-nos arriscada, tratando-se de um procedimento que carece de problematização. A preocupação em encontrar estratégias organizacionistas entre os anarquistas, por exemplo, acaba levando o pesquisador a perder de vista elementos importantes como o estabelecimento de redes^{iv} que desempenhavam um papel importante dentro do movimento. A divisão da atuação libertária em grandes marcos (auges e declínios, continuidades e descontinuidades) remete a uma análise metodológica de mão única, na qual o anarquismo aparece, como indicou Davide Turcato (2007, p. 407- 444), equiparado a uma fênix que morre e renasce das cinzas (o que explicaria seus altos e baixos). Seria preferível, como ele sugeriu, compreender o anarquismo como uma Hidra de muitas cabeças, que se expressa de vários modos, em diferentes tempos e lugares. Para tanto, é preciso encarar o anarquismo como uma trama complexa na qual atores diversos atuam de formas variadas e em diferentes frentes.

É preciso conceber o anarquismo no plural, em seu dinamismo e fluidez. Pensá-lo, por exemplo, como um movimento que busca somente sua reinserção nas "classes sociais" significa admitir que todas as suas ações se pautam nessa finalidade. Propomos, ao contrário, concebêlo como um conjunto de ações, de escritos, de interações datadas, históricas, em diálogo com o seu tempo, e não como algo apartado de seu momento histórico. É preciso conceber as manifestações anarquistas em sua pluralidade, sem o intuito de silenciar suas pulsões e deslocamentos, pois fronteiras não são naturais e delimitar tendências é algo útil somente *a posteriori*, quando o movimento é visto sob perspectiva, pelo olhar distanciado do crítico de amanhã. Dizer, por exemplo, que a atuação nos centros de cultura seria uma expressão "menor" do anarquismo, porque não mantinha ligação com o propósito "maior" da atuação sindical, parece-nos uma forma de justificar aquilo que foge à "finalidade última do anarquismo", como se o âmbito cultural, nesse caso, fosse algo secundário.

Quando analisamos o anarquismo como um movimento que busca efetivar determinada finalidade, ele acaba sendo tomado como um fracasso sempre que tal fim não é alcançado. De acordo com Turcato (2007, p. 18), explicações irracionalistas são "um atalho que

promove explicações fáceis, em vez de dar sentido a um tópico". Assim, tanto aqueles que qualificam a prática libertária como inadequada, "uma planta exótica", como os que tentam libertar o anarquismo desse tipo de qualificação, mas partem de uma perspectiva irracional e/ou ideológica, acabam se apropriando de um mesmo tipo de compreensão: do anarquismo como um fracasso previsível, ou como um movimento, permanentemente, sem êxito.

É importante avaliar de que maneira os discursos anarquistas articularam-se com as circunstâncias que levaram os militantes a agir, buscando analisar sua dinâmica, suas interações, suas articulações, valorizando a circularidade de suas ideias e debates e as relações compostas por suas "redes" e suas várias ramificações. Esse tipo de postura implica o abandono de uma análise teleológica e a opção por um estudo do movimento em suas manifestações plurais, sem supor, *a priori*, uma intenção que subjaz suas ações.

Ao ler livros e jornais anarquistas publicados no pós-guerra no Brasil, constatamos o uso constante de palavras como ressurgimento, renascimento, reflorescimento. Analogias feitas com a mitológica fênix, que morre e renasce das cinzas, também são recorrentes: "A Plebe também está, de novo, na luta. Como a fênix da lenda, ressurge das próprias cinzas...". V Buscase ainda na história, exemplos de outros movimentos libertadores que renasceram após sua "derrocada" por forças reacionárias, autoritárias, repressivas. Esses termos e expressões foram usados pelos próprios militantes, quando mencionavam a atuação do movimento anarquismo no Brasil entre os anos 1945 a 1970. Por outro lado, há referências à permanência e à potência de um ideal imortal, que perdurava contra as forças do tempo e das intempéries históricas: "Mas a ideia é força e a liberdade o sol que lhe dá a Vida. Os séculos passam e a ideia germina de novo...". Ressalta-se a conviçção, presente nos velhos militantes que permaneceram fiéis aos seus ideais durante suas trajetórias de vida, propagando e insistindo na validade dos princípios anárquicos para a construção de um mundo mais justo e mais humano. A força da juventude que aderiu ao anarquismo também foi assinalada, enfatizando-se que filhos de velhos militantes, assim como novos rostos inflamados pelo ideal libertário, dariam força e impulsionariam a continuidade de uma luta que "não morre".

Observamos que os dois discursos referidos se fazem presentes em alguns trabalhos acadêmicos sobre o movimento anarquista no Brasil do pós-guerra. Alguns autores buscaram legitimar o reaparecimento do anarquismo no Brasil, mostrando o seu ressurgimento no cenário político; outros tentaram situá-lo como um modo de vida constante que repercute no cotidiano e em todas as instâncias da vida dos militantes anarquistas. Os primeiros, em sua maioria, atestaram suas teorias demonstrando a atuação libertária em vetores sociais como os sindicatos (considerado o vetor de maior importância para os anarquistas), centros de cultura etc. vi Os

segundos, por seu turno, valorizaram aspectos como a subjetividade e a ética anarquista, e conceberam o anarquismo como um modo de vida capaz de sobreviver às intempéries do tempo ou da história. VII Há, nesses dois tipos de discurso, uma preocupação em salvaguardar a memória do anarquismo e comprovar sua presença no Brasil deste período (tendo em vista a avalanche de trabalhos anteriores que detectaram o desaparecimento do anarquismo no cenário brasileiro da década de 1920.) Em meio a disputas pela memória, buscou-se atestar a validade do ideal anarquista, não sendo por acaso que boa parte desses autores tentou desconstruir a visão do anarquismo como uma utopia (no sentido pejorativo do termo) e/ou como um movimento caótico e desorganizado.

Essas tentativas de preservação da memória dos feitos libertários encontram-se presentes em documentos e na historiografia mais recente sobre o anarquismo no Brasil. Há, contudo, a carência de pesquisas que possam extrapolar esse tipo de abordagem e se ocupar do exame dos discursos, das linguagens políticas, flexionando estes limites.

Acreditamos que não cabe aos pesquisadores validar as ações anarquistas como fortes ou fracas, comprovar a pertinência da sua doutrina ou a extensão da vigência desse ideário. Por meio da análise do discurso libertário, das suas linguagens, flexões e ações, é possível sondar a articulação e a circulação dos saberes anarquistas em diferentes tempos e lugares, e perscrutar como o anarquismo formulou um determinado saber, pensado, concomitantemente, com a prática. Não é o caso de investigar uma suposta "retomada do ideal anarquista", tampouco de sondar os nexos entre o anarquismo e o movimento operário – considerando-se o risco de, com isso, esbarrar nas armadilhas de uma suposta busca por intenções ou em classificações dicotômicas –, mas analisar como os militantes anarquistas articulam saberes por meio dos quais buscaram romper fronteiras e universalizar uma conduta pautada em preceitos comuns.

A proteicidade do anarquismo como objeto de estudo

Em seu trabalho de doutoramento, o historiador Allyson Bruno Viana investigou a presença do anarquismo – seu ideário e práticas – no Brasil entre os anos 1945-1968. Sua pesquisa é cara à historiografia anarquista brasileira, não apenas por romper com a cronologia comumente adotada pelos estudos dessa temática, mas, sobretudo, por sinalizar para uma nova forma de compreensão da atuação libertária no pós-guerra, que não se ligava diretamente e apenas às relações estabelecidas com o movimento operário e sindical. Viana realizou um minucioso trabalho de mapeamento da circulação do "argumento impresso" e de suas formas de desdobramento em um projeto de educação e auto formação anarquista no pós-guerra, assinalando como "os libertários cuidaram de preservar os laços de afinidades entre militantes,

por meio de reuniões, da circulação interna de boletins e outros impressos, do intercâmbio postal local e com o movimento libertário de outros países, ou simplesmente exercendo a burla ao instituído e seus poderes repressivos" (VIANA, 2014, p. 2).

O trabalho de Viana é um convite para se pensar o anarquismo por meio de uma ótica livre, igualitária, solidária: um anarquismo proteico, ativo, que não morre frente às adversidades, mas reinventa suas estratégias de ação. Em outras palavras, um anarquismo humano, infronteiriço, formado por homens e mulheres que interagem entre si independentemente de suas origens nacionais e étnicas.

Os estudos transnacionais sobre o anarquismo, que integrem aspectos importantes da prática libertária e da circularidade de ideias, debates, preocupações em nível nacional e global, são importantes para a compreensão mais detida do movimento anarquista brasileiro. Partimos da hipótese de que é arriscado tentar compreender o(s) anarquismo(s) estabelecendo fronteiras que delimitam sua abrangência e circulação. Um anarquista não pode ser definido apenas no campo do ativismo sindical: a sua atuação se estende a várias instâncias e extrapola os níveis local e nacional. Sondar essas instâncias e as redes estabelecidas entre elas é de fundamental importância para lançarmos outro olhar sobre as práticas libertárias.

A existência de grande número de um projetos, jornais revistas escritos/publicados/republicados entre 1945 e 1970 no Brasil e em outras partes do globo, permite ao pesquisador avaliar a circulação de lugares-comuns para além das fronteiras nacionais, muito embora alguns anarquistas escrevessem sobre locais específicos (Brasil, América Latina etc.). As informações sobre as ações libertárias em nível local, regional, nacional e internacional foram igualmente relevantes para os militantes. Não é sem motivo que os jornais anarquistas dedicavam colunas inteiras à descrição de iniciativas em outras paragens. Redes podem ser detectadas por meio da análise dos debates promovidos entre projetos, jornais e revistas. Nos jornais anarquistas, propagandas e informações sobre eventos internacionais eram constantemente divulgadas, o que demonstra esse aspecto plural e abrangente da iniciativa libertária. A circulação da palavra escrita é considerada algo valioso para os anarquistas. As bibliotecas/arquivos como o CIRA, viii criadas em vários pontos do mundo no pós-Segunda Guerra, também evidenciam essa preocupação, uma vez que elas possibilitaram uma ampla circulação dos textos libertários.

Muito embora vários estudiosos tenham considerado o anarquismo um movimento "menor" da década de 1920 em diante, um número do jornal *A Plebe* que circulou no ano de 1951 retomou um cartão postal, distribuído por militantes italianos, no qual foram estampados cabeçalhos de jornais anarquistas de projeção internacional, dando a entender que o anarquismo

não havia sido eclipsado: seria "uma contestação vigorosa ao pessimismo entorpecente daqueles que dizem que o anarquismo é um movimento sem expressão que vive apenas na mente de uns poucos visionários que andam no mundo da Lua!". Os articulistas de *A Plebe* contestaram o fato de terem sido deixados de fora, assim como outros jornais libertários de grande envergadura internacional, como o *Ação Direta*. Contudo, afirmaram compreender essa falha, afinal, "não é fácil reunir, quando se pretende fazer um trabalho dessa ordem, todos os elementos existentes espalhados não só por todos os países, mas ainda nos mais longínquos rincões de cada país". ^{ix}

A preocupação com a circulação de documentos para além das fronteiras nacionais, a divulgação de notícias e a busca sistemática por documentos de diferentes proveniências que pudessem avolumar os arquivos anarquistas estão entre as iniciativas de cunho libertário que não devem ser negligenciadas, pois a própria memória anarquista dependeu desse investimento na circulação. Tal difusão proporcionou uma ampla rotatividade de tópicas por meio das quais os militantes produziram suas narrativas, criaram centros de cultura, organizaram espaços de sociabilidade, encenaram peças teatrais etc.



Anarquista de todo mundo. In: A Plebe. São Paulo, ano XXXIII, n. 31, fev. 1951, p. 01.

Os estudiosos do anarquismo deveriam superar uma análise estritamente nacionalizada do conhecimento histórico sobre as práticas libertárias no Brasil. Uma análise transnacional deve, necessariamente, levar em conta interações que ultrapassam qualquer fronteira geográfica, pois implica circulação de pessoas, de símbolos, de ideias, de conceitos. Purdy (2012), ao referir-se à análise transnacional, chamou nossa atenção para a necessidade de compreender os processos históricos em seu sentido transversal, concebendo as fronteiras como limites fluídos, móveis. Os próprios anarquistas consideram o internacionalismo como fundamental para o movimento libertário. Isso pode ser observado na maneira como valorizam a solidariedade, o intercâmbio de informações, livros, periódicos e cartas, o acolhimento de militantes de outras nacionalidades em seu meio, a articulação de grupos e organizações internacionais. Sobre isso é elucidativa a seguinte passagem de um artigo escrito por Edgar Leuenroth (1958, p. 1) no jornal carioca *Ação Direta*:^x

o movimento libertário considera a humanidade como constituindo uma única família, tendo o mundo como pátria comum. Não dependendo do homem a escolha do lugar de seu nascimento, tanto ele vive para satisfação de suas necessidades e preferências nas frígidas regiões polares como nas tórridas dos trópicos. Está historicamente demonstrado não terem as fronteiras origem natural e que, sofrendo alterações constantes no decorrer dos séculos, têm servido para dividir os povos, alimentando as prevenções, desavenças, animosidades e ódios que dão motivos às guerras, causadoras, como a última, dos grandes males que atormentam a humanidade. Não se pode negar a natural afeição pela terra onde se nasce e cresce, onde se forma um lar, alimentando laços familiares e de amizades, onde se aprende a estudar e a trabalhar, onde se ama, luta e diverte (...). Entretanto, esse sentimento afetivo ao próprio meio-ambiente não justifica a prevenção e

muito menos a animosidade contra povos de outras partes (...). O convívio da humanidade entrelaça-se através de todos os mares e continentes, desprezando as fronteiras criadas de acordo com as conveniências daqueles que disputam o domínio do mundo. Nem as barreiras alfandegárias, nem o crivo das censuras reacionárias impedem o regime da cooperação e das permutas, que se intensifica cada vez mais, para satisfação das atividades econômicas, profissionais e técnicas, científicas e artísticas, esportivas e recreativas, bem como políticosociais (...). Os libertários são, por isso, **internacionalistas**, isto é, pugnam para unir a humanidade numa comunidade única, fraternizada em populações autônomas, formadas por livre determinação, influenciadas por imperativos naturais e reunidas, pelos laços do livre federalismo, desde a pequena comuna rural até o distrito, o município e a zona, através de regiões e continentes.

No fragmento em questão, o autor se referiu à existência de fronteiras criadas por conveniência e de regimes de cooperação que trafegavam entre essas mesmas fronteiras, o que demonstraria sua artificialidade. O empenho internacionalista afronta esse artifício na medida em que remete à sua fragilidade, espécie de obstáculo à formação de uma comunidade única baseada em "imperativos naturais". Parece-nos, portanto, que um estudo voltado para o projeto libertário deve levar em consideração a composição transnacional de sua própria filosofia. Mas como fazê-lo?

Nos últimos anos, notamos que historiadores norte-americanos se ocuparam das relações anarquistas transnacionais. Davide Turcato (2012), por exemplo, a partir dos escritos e das atividades que o militante italiano Errico Malatesta desempenhou em Londres, notou que sua atuação se desdobrava por diversos episódios do movimento anarquista, em especial na Europa e nos Estados Unidos. Por meio da análise detida em um único personagem, Turcato conseguiu perceber elos que uniam militantes anarquistas de vários países por meio da circulação de jornais, do acolhimento de emigrantes e da organização de atividades solidárias, demonstrando, assim, a importância de não nos determos em uma analise exclusivamente nacionalizada do movimento libertário.

Há, também, o estudo realizado por Constance Bantman (2013) em que a autora tratou do exílio político e do ativismo transnacional de quinhentos anarquistas de língua francesa que viveram em Londres durante a era vitoriana, estudando suas interações sociais e políticas e a maneira como interagiram com grupos de exilados e com a sociedade que os acolheu. Tais interações, afirma Bantman, teriam contribuído com a formação de pequenas redes transnacionais, fundamentais para o desenvolvimento e divulgação internacional do sindicalismo e da propaganda antiguerra ao final da década de 1910. Kenyon Zimmer (2015), por sua vez, estudou como a interação de imigrantes anarquistas de diversas etnias atuantes nos Estados Unidos no início do século XX levou à formação de uma identidade coletiva transnacional.

A historiadora espanhola María Migueláñez Martínez (2010), por sua vez, perscrutou, na década de 1920, uma intensa atividade propagandística por parte dos anarquistas que pretendiam vencer as fronteiras nacionais, colocando em circulação agentes, bens, símbolos e ideias libertárias. Sua preocupação fundamental foi estudar o que ela chamou de "anarquismo latino-americano", procurando suas singularidades em relação ao anarquismo europeu. A autora constatou a posição privilegiada ocupada por Buenos Aires à época, no que se refere à construção de redes anarquistas, e deu a ler o quanto o adensamento da comunicação entre os anarquistas dos dois lados do Atlântico foi importante para o fortalecimento do movimento.

Federico Ferretti (2015), docente da Universidade de Genebra, estudou a recepção de Reclus na Itália e na América do Sul a partir de duas personagens: Luigi e Luce Fabbri. O autor apreendeu ambos como sendo intérpretes da geografia e do pensamento político de Reclus, e preocupou-se fundamentalmente com a importância das redes anarquistas internacionais. Em outras palavras, ele tratou da circulação internacional dos saberes ao considerar o anarquismo como um movimento transnacional tendo em vista a relação entre geografia e anarquismo.

No Brasil, encontramos alguns trabalhos de grande relevância como o da historiadora Caroline Poletto (2015), que estudou desenhos anarquistas anticlericais presentes em periódicos espanhóis, argentinos e brasileiros publicados nas três primeiras décadas do século XX. Sua abordagem é internacionalista (tal como os periódicos que estuda propõem), pois busca dar conta dos intercâmbios e das redes que ampararam estas publicações e amplificaram a comunicação e as trocas em nível global. Já o estudo do sociólogo Clayton Peron Franco de Godoy (2013) voltou-se para a dinâmica de formação do ativismo anarquista entre 1892 e 1908 na cidade de São Paulo, levando em consideração suas "dimensões transnacionais". O autor considerou estas dimensões fundamentais para uma compreensão mais detida das estratégias assumidas pelos anarquistas ao longo destes anos. O estudo sobre anarquismo, para o autor, deve ser menos "nacional": não deve se voltar exclusivamente para os fundamentos do Estadonação, como se as dinâmicas do movimento fossem desdobramentos de uma estrutura políticoeconômica, tampouco para a incorporação de ativistas estrangeiros, o que novamente faz perder de vista seu caráter "relacional", solidarista, transnacional. O conceito de "rede", adotado pelo autor, se volta para os intercâmbios e relaciona o âmbito local e o âmbito transnacional. Ao optar pela cidade de São Paulo no período referido, Godoy alegou que se tratava de um "ponto de largos circuitos" do anarquismo transnacional.

Para finalizar nossa reflexão com Foucault (2009), convém retomarmos o conceito de anarqueologia, instrumento metodológico conveniente à análise transnacional dos discursos anarquistas. Conveniente porque, a um só tempo, permite evitar uma análise pautada no

conceito de ideologia, que nos parece problemático, e incentiva a transgressão ao desnaturalizar qualquer regime de verdade e, por extensão, qualquer manifestação de poder. Trata-se, por outras palavras, de problematizar a verdade, com seus mecanismos de poder, e desnaturalizar o poder, com suas racionalidades e efeitos de verdade. A anarqueologia em Foucault é, de certa forma, uma atitude de recusa, na medida em que dispensa categorias universais autoexplicativas (como a loucura), noções essenciais (como a de natureza humana), mitologias relacionadas às origens (como aquelas incentivadas pelos nacionalismos) e a naturalização de saberes (como a psicologia ou a medicina). Trata-se, de acordo com Nildo Avelino (2010, p. 149), de uma história que recusa "previamente o direito de obrigação e a força de coação que o verdadeiro pretende sobre os homens". Uma postura crítica, portanto, deve ser tomada: postura caracterizada como "arte da não servidão voluntária e da indocilidade refletida" (AVELINO, 2010, p. 150). O transnacionalismo, a partir da chave de leitura da anarqueologia, pode ser concebido como uma atitude de transgressão, na medida em que rompe com a naturalização de fronteiras que os próprios anarquistas buscavam destruir. Sendo assim, o transnacionalismo deve ser pensado como um horizonte possível de transgressão, na medida em que confere ao anarquismo algo que sua própria filosofia pressupõe: a diluição e desnaturalização dos limites, o redesenhar da linha para além das fronteiras através das quais o anarquismo comumente foi/é enquadrado.

Referências bibliográficas

A PLEBE. Diretor: Edgard Leuenroth. São Paulo: 1917-1951.

AVELINO, Nildo. *Anarquistas*: ética e antologia de existências. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

______. Governamentalidade e Anarqueologia em Michel Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010.

BANTMAN, Constance. *The French Anarchists in London*, 1880-1914: Exile and Transnationalism in the First Globalisation. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.

BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo*: as razões do declínio (1920-1935). Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2007.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: DIFEL, 1977.

- FERRETTI, Federico. A recepção de Elisée Reclus na Itália e na América do Sul por Luigi e Luce Fabbri (1903-2000). *Terra Brasilis* (Nova Série), 5, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.
- GODOY, Clayton Peron Franco de. *Ação Direta*: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. El bolchevismo y los anarquistas. *Revolucionarios*: Ensayos contemporáneos. Crítica: Barcelona, 2010.
- LEUENROTH, Edgard. A propósito do surto nacionalista. *Ação Direta*, ano 12, n. 124, jan.-fev. de 1958, p. 01.
- LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social*. Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O *Espírito da Revolta*: A greve geral anarquista de 1917. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.
- LUIZETTO, Flávio V. *Presença do anarquismo no Brasil*: um estudo dos episódios literário e educacional 1900/1920. Tese doutorado. São Carlos: USP, 1984.
- MARTÍNEZ, María Migueláñez. Anarquistas en red. Una historia social y cultural del movimiento libertario continental (1920-1930). *9º Encontro Nacional da ANPHLAC*, Universidade de Goiás, 2010.
- NORTE, Sérgio Augusto de Queiroz. *Contra Leviatã*, *Contra a História*. *A travessia do deserto*: mitos, literatura e imprensa anarquista no Brasil 1945-1968. Tese de Doutoramento: Universidade de São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. *Do underground brotam flores do mal*. Anarquismo e contracultura alternativa brasileira (1969-1992). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2007.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Organização de Sérgio Miceli; tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.
- POLETTO, Caroline. Angelo las Heras: fragmentos de um anarquista e de seus desenhos combativos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, 2015, p. 287-302.
- _____. Em busca de uma trajetória do visível: desenhos anarquistas e anticlericais ao redor do mundo. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015.
- PURDY, Sean, A história comparada e o desafio de uma transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, v. 6, n. 1, 2012.

- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e conflito Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966.
- SEIXAS. Jacy Alves de. *Mémoire et oubli. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil.* Tese (doutorado), Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, 1989.
- SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis*: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência*: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945). Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 248-254.
- TURCATO, Davide. Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885–1915. *International Review of Social History*, v. 21, Cambridge, 2007, p. 407-444.
- ______. Making Sense of Anarchism. In: GRAHAM, Robert. *Anarchism*: a Documentary History of Libertarian Ideas, v. 02. Montreal: Black Rose Books, 2007.
- VIANA, Allyson Bruno. *Anarquismo em papel e tinta*: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968). Tese de doutorado. Fortaleza (CE): Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2014.
- WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*, vol. I: a ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- ZIMMER, Kenyon. *Immigrants against the State*: Yiddish and Italian Anarchism in America. Champaign: University of Illinois Press, 2015.

Recebido: 19/01/2021 Aceito: 20/08/2021 Publicado: 18/02/2022

ⁱ Doutora em História e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em História (IFCH-UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6861-009X. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6635612645290887.

ii Ver: FAUSTO, 1977; LOPES, 1978; RODRIGUES, 1966.

iii John Pocock já havia nos alertado sobre os perigos de se encontrar, no texto, a intenção de um autor, entendida como uma espécie de "iniciativa mental", idealizada antes e fora do texto. Para Pocock, as intenções existem somente na medida em que são concretizadas através da escrita e publicação de um texto, ou seja, o "autoconhecimento é retrospectivo" e as intenções são desdobramentos do discurso, e não as bases sobre as quais ele é produzido. POCOCK, 2003, p. 27.

ivComo afirmou Sirinelli, acreditamos que "todo grupo de intelectuais se organiza em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver." Desse modo, defendemos a tese de que há em todo grupo de intelectuais a construção de redes e de espaços de sociabilidades, sendo a compreensão destes primordial para a análise da atuação dos intelectuais em seu contexto. Ver: SIRINELLI, 1996, p. 248-254.

^v A *Plebe* foi um jornal anarquista publicado na cidade de São Paulo entre os anos de 1917 e 1951, com intervalos instáveis entre as publicações. A descontinuidade das edições é justificada tanto pelas perseguições políticas e polícias quanto pela falta de verbas para a sua manutenção. Ver: *A PLEBE*, 1947, p. 01.

vi Ver: SILVA, 2014.

vii Ver: AVELINO, 2004.

viii A sigla CIRA refere-se ao *Centre International de Recherches sur l'Anarchisme*, criado em 1957 em Genebra pelo anarquista Pietro Ferrua. O CIRA é uma biblioteca/arquivo que reunia e recebia de várias partes do mundo, inclusive do Brasil, documentos anarquistas em todas as linguagens. Foram criadas filiais da CIRA no Japão, na França e no Brasil.

^{ix} A PLEBE, 1951, p. 01.

* Publicado inicialmente no final da década de 1920, o jornal *Ação Direta*, dirigido pelo anarquista José Oiticica, circulou na cidade do Rio de Janeiro no pós-Segunda Guerra entre 1946 a 1958.